



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

**ANEXO II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**

ITEM	DESCRIÇÃO
<b>Finalidade</b>	Realizar eficientemente o serviço de transporte rodoviário, em âmbito nacional, de mobiliários em geral (com desmontagem e montagem, se for o caso), equipamentos e congêneres, materiais e utensílios em geral, bibliográficos, massa documental, bagagem, bens pessoais de servidores ou quaisquer bens de propriedade do órgão e demais objetos de propriedade ou de interesse da Polícia federal em Alagoas.
<b>Meta a cumprir</b>	Prestar o serviço de transporte, desmontagem, embalagem (incluindo o fornecimento de todo o material necessário à embalagem e ao acondicionamento das estantes e arquivos, tais como caixas de papelão, fita adesivas, papelão, etc), montagem, armazenagem e organização no local de destino, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência.
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório elaborado pelo fiscal do contrato.
<b>Forma de acompanhamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- E-mails dos usuários do serviço, do gestor/fiscal do contrato, do preposto da contratada ou de outro representante da contratada.</li><li>- Relatórios previstos no Termo de Referência.</li><li>- Mapas de quilometragem.</li><li>- Distância entre as principais cidades brasileiras do Google maps® ou instrumento semelhante.</li></ul>
<b>Periodicidade</b>	A cada evento de transporte de cargas.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	<p>Será atribuído 1 ponto (por dia/evento) a cada não conformidade, descrita abaixo, relatada pelo fiscal do contrato:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Atendimento descortês dos funcionários que estão realizarão os serviços.</li><li>b) Utilização de materiais (embalagens) divergentes às definições contidas neste Termo de Referências e às normas vigentes.</li><li>c) Omitir/difícultar a fiscalização de qualquer informação solicitada ou anormalidade verificada.</li><li>d) Cobrar por serviços não prestados. <b>(3 pontos)</b>.</li><li>e) Transferir/ceder parte de suas obrigações a terceiros.</li><li>f) Descumprir as obrigações contratuais por desídia, omissão ou falta de zelo.</li></ul>

	<p>g) Recusar-se a prestar qualquer dos serviços contratados.</p> <p>h) Cobrar valores em desacordo com o fixado em contrato.</p> <p>i) Envio dos mapas de quilometragem fora dos padrões ou com informações errôneas.</p> <p>j) Causar injustificadamente atraso nas ações em andamento.</p> <p>k) Não disponibilizar os veículos ou equipamentos necessários a realização dos serviços.</p> <p>l) Não envio dos documentos obrigatórios exigidos em contrato.</p> <p>m) Ausência de resposta aos questionamentos da Contratante no prazo de 48 horas.</p> <p>n) Não reparar danos aos bens sob a responsabilidade da contratada ou cuja avaria não foi relacionada e indicada na coleta dos materiais <b>(3 pontos)</b>.</p> <p>l) A verificação da qualidade na prestação dos serviços será realizada a cada demanda de transporte.</p> <p>II) Para cada ocorrência relacionada acima, será atribuído um ponto por evento, a exceção das situações relacionadas nas letras "d" e "n", que serão valoradas com 03 (três) pontos por ocorrência.</p> <p>III) Será considerado aceitável a soma de pontos, por serviço, não superior a 02 (dois) pontos.</p>
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<p>X = somatório de pontos das ocorrências registradas</p> <p>Se <math>X \leq 2 = 100\%</math> do valor da fatura.</p> <p>Se <math>3 &lt; X \leq 5 = 98\%</math> do valor da fatura.</p> <p>Se <math>6 &lt; X \leq 9 = 96\%</math> do valor da fatura.</p> <p>Se <math>X &gt; 10 = 94\%</math> do valor da fatura.</p>
<b>Sanções</b>	<p>a) Advertência.</p> <p>b) Glosa de valores no pagamento, conforme faixas de ajustes.</p>
<b>Observações</b>	<p>Será assegurado o direito de defesa da contratada nas hipóteses que ensejarem a aplicação das sanções previstas neste IMR.</p>



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO FERRAZ FERNANDES DE OLIVEIRA, Pregoeiro(a)**, em 06/01/2023, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **26452339** e o código CRC **3331A3DE**.